

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2024

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da administração	6
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Acionistas e Administradores da

PeerBR Recebíveis Token S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **PeerBR Recebíveis Token S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PeerBR Recebíveis Token S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações envolvendo partes relacionadas

Conforme notas explicativas nº 15 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou transações com partes relacionadas. Caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros (parte não relacionada), a situação patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, bem como o seu resultado apurado para o exercício findo nessa data, poderiam ser substancialmente diferentes. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva acerca desse assunto.

Capital circulante líquido negativo

Chamamos a atenção para o balanço patrimonial, o qual demonstra que o ativo circulante não é suficiente para cobrir integralmente o passivo circulante da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa situação pode indicar dificuldade de liquidez a curto prazo, o que poderia impactar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras imediatas. Nossa opinião não contém ressalva acerca desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por nós ou por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.



Anderson Marquês Yoshimura
Contador CRC 1SP-293.997/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da PeerBR Recebíveis Token S.A. (“Companhia” ou “PeerBR”) apresenta-lhes o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

Ressaltamos que a RSM Brasil Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para Companhia além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao segmento, e que são autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários.

Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 11.638/07”).

No exercício contemplado pela presente auditoria externa, a Companhia encerrou o exercício com um ativo total de **R\$11.348 mil (onze milhões e trezentos e quarenta e oito mil reais)**, enquanto o passivo total foi de **R\$4.762 mil (quatro milhões e setecentos e sessenta e dois mil reais)**, o que representa um excedente de total de ativo sobre total de passivo de **R\$6.586 mil (seis milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais)**.

A Companhia encerrou o exercício com um patrimônio líquido total de **R\$6.586 mil (seis milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais)**, composto por um capital social de **R\$3.303 mil (três milhões e trezentos e três mil reais)**, adiantamentos para futuros aumentos de capital de **R\$ 11.990 mil (onze milhões e novecentos e noventa mil reais)**.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu receitas operacionais de **R\$4.700 mil (quatro milhões e setecentos mil reais)**.

Isto posto, destaca-se que a companhia é plataforma de investimentos regulada pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme autorização concedida pelo Ato Declaratório CVM nº 21.259, de 26 de setembro de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 88, de 27 de abril de 2022.

A administração Companhia destaca que o objetivo da PeerBR é revolucionar a forma de investir em Renda Fixa, democratizando o acesso aos melhores ativos de Crédito Privado.

A expertise da Companhia vem de longa data, por tratar-se de empresa pertencente ao Grupo GCB, uma *holding* especializada no mercado financeiro e de capitais, com mais de 15 (quinze) anos de atuação. Sempre atuando com processos e sistemas informatizados, seguros e adequados aos exercícios das atividades, conforme reguladas pela referida Resolução CVM nº 88, de 27 de abril de 2022.

Nossos propósitos são pautados em sólidos pilares: inovação, qualidade, democratização e independência.

Nossos números são expressivos, contemplando mais de R\$ 487.489 mil (quatrocentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais) investidos por mais de 145 mil investidores.

Participamos ativamente do processo de regulação do mercado com a CVM, com um corpo técnico composto de economistas e especialistas em áreas de crédito, jurídica e financeiras que realizam análises rigorosas dos ativos e garantias para oferecer melhores investimentos com segurança.

Alguns de nossos investimentos inteligentes:

- **Certificados de Recebíveis de Notas Fiscais**: possibilita o direito de crédito em recebíveis de duplicatas antecipadas por empresas;
- **Certificados de Recebíveis Imobiliários**: títulos de crédito que fomentam o desenvolvimento do segmento imobiliário, possuindo isenção de imposto de renda, bem como, segurança de garantias reais;
- **Certificado de Recebíveis do Agronegócio**: originadas de negociações relacionadas a financiamentos de atividades de agronegócio, possuindo isenção de imposto de renda, bem como, segurança de garantias reais;
- **Certificados de Recebíveis judiciais**: processos judiciais de precatórios estaduais, municipais, em fase de execução e pagamento;
- **Debêntures de Securitização**: título lastreado em ativos em geral, para fomento de atividades empresariais.

Nossos diferenciais:

- Validação jurídica rigorosa;
- Plataforma regulada pela Comissão de Valores Mobiliários;
- Garantias diversas;
- Grupo consolidado a mais de 15 anos no mercado.

A Diretoria enfatiza que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Ademais, possui apenas compromissos financeiros relativos à sua própria manutenção, que estão sendo adimplidos.

A companhia continua concentrando seus esforços em estudos aprofundados para identificar oportunidades de negócios, além de focar na prospecção ativa no mercado, buscando sempre novas possibilidades de crescimento.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Circulante		4.085	4.008
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.949	3.985
Outros Créditos		2.136	23
Contas a Receber		70	-
Valores a Receber de CRs	4	2.066	23
Ativo Não Circulante		7.263	155
Outros Créditos		4.604	34
Tributos a Recuperar/Compensar		118	34
IRPJ e CSLL Diferidos	13	4.486	-
Imobilizado		93	121
Intangível		2.566	-
Software	5	2.566	-
Total do Ativo		11.348	4.163
Passivo			
Passivo Circulante		4.762	4.155
Valores a pagar		4.762	4.155
Fornecedores	7	609	237
Wallet - Valores de Terceiros	6	2.907	940
Obrigações Tributárias		98	1
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		36	-
Outras Obrigações	8	1.112	2.201
Valores a repassar relacionados a direitos creditórios		-	776
Patrimônio Líquido		6.586	8
Capital Social	9.a	3.303	215
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.d	11.990	282
Prejuízos Acumulados		(8.707)	(489)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		11.348	4.163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		4.700	-
Serviços Prestados	10	4.700	-
Deduções da Receita Bruta		(456)	-
(-) Impostos sobre Serviços	10	(456)	-
Resultado Bruto		4.244	-
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	11	(17.041)	(555)
Publicidade e Propaganda		(4.324)	(22)
Despesas com Pessoal		(323)	(20)
Aluguéis e Arrendamentos		(551)	-
Impostos, Taxas e Contribuições		(23)	-
Serviços Prestados por Terceiros		(6.061)	(505)
Depreciação e Amortização		(345)	-
Comissões		(3.628)	-
Despesas Gerais		(1.746)	(8)
Despesas com Sistemas		(40)	-
Resultado operacional		(12.797)	(555)
Resultado Financeiro		93	66
Receitas Financeiras	12	93	66
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(12.704)	(489)
IR e CSLL		4.486	-
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos	13	4.486	-
Resultado Líquido do Exercício		(8.218)	(489)
Resultado Atribuível aos Acionistas	9.c	(8.218)	(489)
Total do resultado líquido básico e diluído por ação (R\$)	9.c	(2,49)	(0,98)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

Demonstração do Resultado Abrangente

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	<u>(8.218)</u>	<u>(489)</u>
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(8.218)</u>	<u>(489)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Integralização de capital	9.a	215	-	-	215
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.d	-	282	-	282
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(489)	(489)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		215	282	(489)	8
Integralização de capital	9.a	3.088	-	-	3.088
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.d	-	11.708	-	11.708
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(8.218)	(8.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.303	11.990	(8.707)	6.586

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	(8.218)	(489)
Ajustes do resultado líquido do exercício		
IRPJ e CSLL Diferidos	(4.486)	-
Depreciação e Amortização	(345)	-
Resultado líquido ajustado	(13.049)	(489)
Variações de ativos e passivos		
(Aumento)/redução das contas de ativos	(2.197)	(57)
Contas a Receber	(70)	-
Valores a Receber de CRs	(2.043)	(23)
Tributos a Recuperar/Compensar	(84)	(34)
Aumento/(redução) das contas de passivo	607	4.155
Fornecedores	372	237
Wallet - Valores de Terceiros	1.967	940
Obrigações Tributárias	97	1
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	36	-
Outras Obrigações	(1.089)	2.201
Valores a repassar relacionados a direitos creditórios	(776)	776
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(14.639)	3.609
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	-	(121)
Software	(2.193)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.193)	(121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	3.088	215
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.708	282
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	14.796	497
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.036)	3.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.985	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.949	3.985
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.036)	3.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1) Contexto operacional

A **PeerBR Recebíveis Token S.A. ("Companhia")**, sediada em São Paulo - SP, foi constituída no dia 13 de abril de 2023 como uma sociedade anônima fechada (S.A.).

O objeto social da Companhia é (i) a distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo (crowdfunding); (ii) a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios; (iii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iv) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (v) a atividade de corretagem e custódia de criptoativos; (vi) o desenvolvimento de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (vii) o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (viii) a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (ix) quaisquer atividades acessórias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no Grupo GCB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade operacional da Companhia, ou seja, com a presunção de que a entidade continuará a operar no futuro previsível.

2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

(a) Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 29 de abril de 2025.

(b) Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

(c) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(e) Redução ao valor recuperável

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(g) Intangível

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software.
- Os gastos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de software, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada pela administração, com base na expectativa de utilização dos referidos softwares, de 5 anos.

(h) Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(i) Imposto de renda e Contribuição social (correntes e diferidos)

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia constituiu créditos tributários diferidos, reconhecidos por haver perspectiva consistente de sua realização.

(j) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(k) Resultado por ação

Com base nos termos do CPC 41 o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício, e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

(l) Novos pronunciamentos contábeis

(i) Pronunciamentos contábeis vigentes

As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (covenants);
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 – R2) e IFRS 7 (CPC 40 – R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas realizadas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas: • IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; • IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; • IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; • IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent”; e • IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

3) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta corrente	975	1.474
Aplicações financeiras (a)	974	2.511
Total	1.949	3.985

- (a) O montante é composto por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 98% do CDI.

4) Valores a Receber de CRs

Os valores registrados nessa conta referem-se a valores que devem ser repassados pelos Certificados de Recebíveis ao PeerBR Token de movimentações financeiras pendentes

5) Intangível

Os saldos estão demonstrados a seguir:

a) Composição

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Software	2.566	-
Total	2.566	-

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Movimentação

Descrição	31/12/2023	Adições	Amortizações	31/12/2024
Software	-	2.911	(345)	2.566
Total	-	2.911	(345)	2.566

A Companhia iniciou projeto de ativo intangível no montante de R\$ 2.911. Este projeto que visa a criação de uma plataforma de investimentos para clientes de *crowdfunding*, foi concluído em 2024 e passa por melhorias constantes, sendo que houve amortização no valor de R\$ 345 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6) Wallet – Valores de Terceiros

Representado pelos recursos disponíveis em nome de terceiros, mantidos em contas da Companhia, com elegibilidade imediata, no montante de R\$ 2.907 (R\$ 940 em 2023).

7) Fornecedores

O saldo de R\$ 609 (R\$ 237 em 2023) refere-se a valores a pagar para outras empresas que prestaram serviços para a Companhia, incluindo serviços de publicidade, consultoria e outros.

8) Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha R\$ 1.112 (R\$ 2.201 em 2023) a pagar de serviços relacionados ao rateio de despesas entre o grupo.

9) Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da PeerBR Token Recebíveis S.A, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 3.303 (R\$ 215 em 2023), dividido em 3.304.829 ações, sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve a constituição de reserva durante o exercício.

(c) Resultados dos exercícios

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas ou serão distribuídos aos acionistas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou prejuízo de R\$ (8.218) (R\$ (489) em 2023), que dividido pela média ponderada das ações no mesmo exercício, que é de 3.304.829 ações ordinárias (498.256 ações em 2023), representou um resultado por ação de R\$ (2,49) (R\$ (0,98) em 2023).

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No exercício findo em 31 dezembro de 2024, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 11.708 (R\$ 282 em 2023).

10) Receita Líquida

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados (i)	4.700	-
(-) Impostos sobre serviços/spread	(456)	-
Total	4.244	-

(i) Prestação de serviços de distribuição de ativos em plataforma de crowdfunding para empresas do Grupo GCB.

11) Despesas

As despesas abaixo são derivadas das atividades da Companhia.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Publicidade e propaganda (i)	(4.324)	(22)
Despesa com pessoal	(323)	(20)
Aluguéis e arrendamentos	(551)	-
Impostos, taxas e contribuições	(23)	-
Serviços prestados por terceiros (ii)	(6.061)	(505)
Depreciação e Amortização	(345)	-
Comissões (iii)	(3.628)	-
Despesa com sistemas	(210)	-
Perda com ativos	(623)	-
Consultoria	(450)	-
Despesas com Advogados	(218)	-
Despesas com Investidores	(113)	-
Outras despesas	(172)	(8)
Total	(17.041)	(555)

(ii) As despesas de publicidade são gastos incorridos com a divulgação da plataforma em mídias sociais.

(iii) Serviços prestados por terceiros são gastos com serviços contratados para funcionamento da Companhia e de sua plataforma de investimentos.

(iv) Comissões são pagamento efetuados aos prestadores de serviços pela distribuição de produtos na plataforma.

12) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	(12.704)	(12.704)	(489)	(489)
Resultado antes do IRPJ e CSLL				
Adições/Exclusões	-	-	-	-
Resultado antes da compensação do prej. fiscal, base de cálculo negativa	(12.704)	(12.704)	(489)	(489)
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-
Resultado tributado				
Imp. de renda – Alíquota 15%	1.906	-	73	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	1.270	-	49	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	1.144	-	44
Receita (Despesa) de IRPJ e CSLL / Diferido	3.176	1.144	122	44

Com base nos prejuízos fiscais apurados, a Companhia registrou IRPJ e CSLL Diferido no Ativo Não Circulante no valor de R\$ 4.486 no exercício findo em 31 de dezembro 2024, referente aos prejuízos de 2024 e 2023.

14) Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível.

15) Partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ocorreram transações envolvendo partes relacionadas conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 10.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

16) Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria independente.

17) Alterações societárias

Em 2 de dezembro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela (i) eleição da Diretora de Compliance; (ii) Reeleição dos demais diretores, com objetivo de alinhar de forma coesa a validade dos mandatos.

Em 27 de junho de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pelo aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.088 (três milhões, oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais).

Em 21 de junho de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela aprovação das contas do exercício de 2023.

PeerBR Recebíveis Token S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 21 de março de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela (i) eleição da Diretora de Compliance; (ii) eleição do Diretor de Operações.

Em 21 de fevereiro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela aprovação da emissão de Debêntures da Companhia.

18) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

19) Informações adicionais

Contador:

Odair Francisco Oberle
CRC 1 SP 113865/O-2

Diretor responsável:

Marcos Barros de Paula